

NOVA YORK, EUA, 8 DE JUNHO DE 1998

Desejo agradecer sinceramente a homenagem que me prestam a Americas Society e o Council of the Americas. Aceito-a como uma homenagem ao povo brasileiro, pelo muito que soube realizar nos últimos anos, no sentido da afirmação definitiva do Brasil como país democrático e capaz de enfrentar os desafios do desenvolvimento e da justiça social.

E é sobre esse novo Brasil que desejo falar-lhes.

Quando estive nesta cidade em 1995, pouco depois do início de meu Governo, afirmei a um grupo de empresários, reunido em um almoço como este, que o Brasil voltava a ser uma terra de oportunidades. O Brasil reencontrava a sua vocação de crescimento. E o fazia dentro da democracia e da estabilidade econômica, com a disposição de realizar as reformas necessárias para assegurar, no longo prazo, as condições para a estabilidade da moeda e a competitividade de nossa economia.

É para mim uma grande satisfação poder afirmar, hoje, que tudo isso se confirmou amplamente.

O Brasil é hoje um país diferente, radicalmente melhor.

Nossa economia encontra-se hoje em um novo patamar, em virtude das transformações qualitativas que fomos capazes de realizar nesse

período. Primeiro, pela consolidação da estabilidade monetária. Tivemos, em 1997, uma inflação anual em torno de 6%, e a previsão para 1998 é ainda inferior a isso. A importância desse resultado pode ser avaliada se lembrarmos que antes da introdução do Real a inflação mensal – mensal, e não anual – havia chegado a cerca de 40%. Aprendemos, Governo e sociedade, os modos de obter a estabilidade, e essa é uma conquista definitiva, irreversível.

Mas a estabilidade, por mais importante que seja, é um meio para alcançar um fim mais elevado: o crescimento econômico sustentado e correção das graves injustiças sociais que herdamos do passado.

E também nesses dois pontos estamos colhendo resultados significativos. A sociedade brasileira aprendeu que o objetivo de uma prosperidade compartilhada por todos não é incompatível com a seriedade no trato das questões macroeconômicas. Ao contrário. O Brasil de hoje sabe que sem a estabilidade não haverá crescimento sustentado e sem crescimento não haverá perspectiva de maior justiça e prosperidade.

Já em seu primeiro momento, a redução drástica da inflação teve um efeito social extremamente positivo, possibilitando a milhões de brasileiros superar a linha da pobreza e incorporar-se como consumidores ao mercado. De 1994 a 1997, a proporção de pobres na população caiu de 32% para 25%. No mesmo período, o consumo de alimentos aumentou cerca de 20%.

O ano de 1998 está sendo o sexto ano consecutivo de crescimento no Brasil. De 1994 a 1997, a economia cresceu uma média de 4,1% ao ano. A renda *per capita*, 2,8% ao ano.

A indústria expandiu-se de forma significativa nos últimos anos. A produção de automóveis em 1997 foi superior a 2 milhões de veículos por ano, aproximadamente o dobro do volume produzido em 1992. A produção e o consumo de eletrodomésticos também cresceu de forma acelerada. Por exemplo, de 1994 a 1997, a venda de refrigeradores aumentou 54%, a de aparelhos de televisão, 57%.

Não temos ainda as taxas de crescimento que gostaríamos de ter, que precisamos ter. Mas estamos no caminho certo. Temos rumo.

Por quê? Porque, além de conseguir a estabilidade, estamos realizando investimentos substanciais de infra-estrutura e na área social, pela primeira vez dando prioridade inequívoca, na política social do Governo, aos setores menos favorecidos. Estamos realizando reformas que eram indispensáveis para eliminar travas ao crescimento.

Abrimos para o investimento privado setores que antes eram exclusivos do poder público. Eliminamos obstáculos e barreiras, como a discriminação entre empresa nacional e empresa estrangeira. Flexibilizamos monopólios. Criamos, assim, um ambiente mais propício ao investimento produtivo. Os investimentos estrangeiros diretos no Brasil multiplicaram-se de forma sem precedentes. Partindo de valores em torno de 1 bilhão de dólares por ano entre 1991-1993, os investimentos de empresas estrangeiras no Brasil elevaram-se de forma significativa desde 1994, chegando a 17,1 bilhões de dólares em 1997. Também no plano interno, a formação bruta de capital fixo aumentou, no período 1995-1997, cerca de dois pontos percentuais do PIB, passando de aproximadamente 16% a mais de 18,5%. Isso significa um aumento da ordem de 20 bilhões de reais ao ano.

A questão do emprego é uma das preocupações centrais das sociedades contemporâneas. Nenhum governo pode ser indiferente ao desafio de assegurar a geração de emprego e renda. E nenhum governo pode ignorar que a geração de emprego e renda se faz não com palavras, mas com investimento e crescimento econômico.

E é para crescer mais e mais rápido que o Brasil está realizando um esforço extraordinário no sentido de pôr em ordem as suas finanças públicas. O ajuste fiscal que estamos pondo em prática – e que se acelerou em resposta à crise asiática – é essencial, por exemplo, para a redução das taxas juros, questão decisiva para quem vai investir na produção.

Estamos empenhados em dotar o Brasil de um sistema de previdência viável a longo prazo, que não constitua uma fonte permanente de desequilíbrio das contas públicas e, portanto, que não seja um fator de limitação do crescimento econômico. Nosso princípio é o de que, para cada brasileiro, a previdência social deve ser uma garantia para o futuro sem ser uma ameaça para o presente.

Estamos reconstruindo o Estado brasileiro em novas bases. Exemplo disso são as novas agências de supervisão e regulação de setores como os de energia, transportes e comunicações. Essas agências traduzem, na prática, o conceito de um Estado mais eficaz em suas funções regulatórias e, ao mesmo tempo, mais democrático, mais transparente, mais permeável às preocupações da cidadania.

Há uma real transformação em curso no Brasil. E um de seus aspectos mais importantes é a decisão de atribuir verdadeira prioridade aos mais pobres.

Estamos dando um salto qualitativo em matéria de educação, especialmente no ensino primário, que é fundamental para favorecer a igualdade de oportunidades e para que a força de trabalho brasileira esteja preparada para enfrentar os desafios da competitividade econômica no século XXI.

De 1994 a 1997, o índice de matrículas no ensino fundamental aumentou em 7,6%. Isso significa que 2,4 milhões de crianças passaram a ter a oportunidade de estudar. E o que é mais importante: cresceu, em proporção ainda maior (28%), o número de estudantes que completam o primeiro grau.

Na área da saúde, os programas que estamos executando já resultaram, por exemplo, em uma redução sensível da mortalidade infantil nos municípios atendidos pelos agentes comunitários de saúde na região Nordeste do País – de 82,6 por mil em 1994 a 47,2 por mil em 1997. Temos ainda um longo caminho pela frente, mas estamos no rumo certo.

Meus amigos, as relações econômicas do Brasil com o mundo são hoje muito mais abertas do que nas décadas anteriores. Avançamos de forma irreversível na integração com nossos vizinhos no Mercosul, que hoje se aprofunda e se amplia simultaneamente. Participamos ativamente do diálogo sobre a integração hemisférica.

Com o processo de abertura ao exterior realizado desde o início desta década, nossa tarifa média sobre importações, que era da ordem de 52%, reduziu-se para cerca de 12%. Em conseqüência, o comércio internacional do Brasil tem-se desenvolvido de forma acentuada nos

últimos anos. Nosso volume de comércio com o mundo hoje – cerca de 114 bilhões de dólares – é mais de duas vezes maior do que era em 1990 – 52 bilhões de dólares. O nível atual ainda é relativamente baixo, mas revela a dimensão das oportunidades geradas pelo dinamismo de nosso mercado.

Dessa forma, as exportações dos EUA para o Brasil passaram de cerca de 4,4 bilhões de dólares em 1990 para mais de 14,3 bilhões de dólares em 1997, o que dá uma boa medida dos atrativos do mercado brasileiro.

Nossas exportações não cresceram no mesmo ritmo, em boa parte porque nossos produtos encontram barreiras protecionistas em diversos mercados de países desenvolvidos, inclusive os Estados Unidos.

A abertura que realizamos em nossa economia demonstra a importância que o Brasil atribui à sua inserção na economia mundial. Temos o direito de esperar que nossos parceiros comerciais, em especial os mais ricos, estejam dispostos a tomar as medidas necessárias para assegurar o acesso dos produtos brasileiros a seus mercados em condições de competição leal e aberta.

A utilização de medidas protecionistas para preservar setores obsoletos das economias de países altamente industrializados é uma distorção inaceitável nos dias de hoje. É contrária ao espírito do multilateralismo comercial e aos princípios da OMC. O Governo brasileiro está decidido a lutar pela eliminação dessas distorções.

Senhoras e Senhores, disse que o Brasil de hoje é um país radicalmente diferente. Os dados macroeconômicos e de política social tornam isso evidente. Mas a transformação em curso no Brasil tem aspectos menos evidentes, como o da mudança significativa da economia real. Está em andamento, já há algum tempo, uma profunda reestruturação do sistema produtivo brasileiro, que está obrigando as empresas a darem atenção redobrada à questão da qualidade de seus produtos e serviços.

Há um autêntico choque de competitividade, causado pela maior abertura da economia ao exterior, pela própria estabilidade monetária e também pelo processo de privatização, que vem sendo executado em

escala sem precedentes. Até fins de 1997, o programa de privatização já havia gerado mais de 26 bilhões de dólares de receita, sendo estimados montantes ainda mais expressivos para o período 1998-1999.

Todos esses dados são evidência clara de que o Brasil está firmando uma nova inserção na economia internacional. Soubemos conquistar a confiança de nossos parceiros no âmbito internacional. A resposta do Governo brasileiro às dificuldades geradas pela crise asiática demonstrou claramente a determinação de manter a economia na rota da consolidação da estabilidade e da criação de condições para o crescimento. Nossa resposta foi rápida e decisiva, ainda que envolvesse custos internos – inclusive, talvez, para a minha popularidade. Tivemos êxito. Confirmou-se a percepção de que nossa economia tem fundamentos sólidos. Nossas reservas de divisas estão hoje acima dos 70 bilhões de dólares, nível consideravelmente superior ao que se registrava antes da crise asiática.

Os sinais que enviamos ao mundo foram claros: o Brasil não hesitará – e eu, pessoalmente, não hesitarei – em fazer o que for necessário para proteger a sua economia de flutuações externas.

É, portanto, inequívoca a decisão da sociedade brasileira: prosseguir no caminho da estabilidade e do crescimento econômico, com padrões cada vez mais elevados de justiça social. Poderá haver obstáculos, maiores ou menores. Não estamos isolados no mundo, e há fatores que escapam ao nosso controle. Quaisquer que sejam as circunstâncias, uma coisa é certa: não haverá desvios nem retrocessos. O apoio que recebo em meu país está relacionado com a confiança que os brasileiros em mim depositam para manter essa rota. Não há dúvida de que farei isso. Para o Brasil, não há alternativa senão a de mostrar-se à altura dos desafios e oportunidades históricos de nossos tempos.

Muito obrigado.